

Recensão

LIMA, Nísia Trindade de. Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional - Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999

Por: Zuleica Dantas Pereira Campos

A questão central do livro gira em torno da seguinte pergunta: por que a idéia de contraste entre o Brasil do litoral e o dos sertões é tão presente no pensamento social sobre o país? Para responder à questão a autora escolheu o caminho em que se cruzam o debate sobre a construção da nacionalidade e a reflexão sobre a identidade dos intelectuais, associando a presença dessa idéia a duas explicações complementares: de um lado, a forma como os intelectuais percebem os caminhos da modernidade, particularmente no que se refere às distâncias sociais e culturais; de outro, à forma como eles têm representado seu próprio lugar – o de exilados, ou “desterrados na própria terra”.

Assim, Nísia Trindade discute o sentido atribuído à relação entre litoral e interior, considerando as versões que valorizam negativamente os sertões, vistos como espaços de barbárie ou de atraso; cultural, as que os idealizaram como lugar em que se desenvolveria a autêntica nacionalidade, e as ambivalências em torno dessa representação geográfico/social.

A partir das expedições científicas ao interior do país, organizadas no começo do século por geógrafos, sanitaristas, engenheiros, militares, diplomatas e outros funcionários do Estado brasileiro a autora constrói uma continuidade assentada sobre o diagnóstico de uma dualidade constitutiva de formação do Brasil.

Em *Um sertão chamado Brasil*, a *intelligentsia* periférica é o grande personagem. No caso brasileiro, a ciência do início do século e a ciência social, institucionalizada a partir dos anos 30, podem ser consideradas as linguagens, por excelência, do processo de construção nacional do Brasil, identificando os sintomas de nossa cultura, submetendo-os ao espelho crítico de

um “outro” civilizado, construindo-se, enfim, em um órgão do projeto modernizador que nos garantiria uma almejada sintonia com o progresso dos tempos.

Ao longo do trabalho, a autora identifica a existência de uma continuidade temática e de perspectiva de interpretação social que permitiria falar de uma corrente de pensamento voltada para o tema da “incorporação dos sertões”. Euclides da Cunha, Vicente Licínio Cardoso, Roquette Pinto, Belisário Penna e Monteiro Lobato criaram imagens fortes e duradouras sobre o homem do interior, além de apresentarem propostas como as do saneamento do Brasil, da educação como meio de incorporação social e do desenvolvimento de uma etnografia sertaneja.

Diante da relevância do projeto da intelectualidade, que defendeu a incorporação dos sertões, Nísia investiga as relações entre essa opção de identidade nacional e a formação de um imaginário sobre o Brasil, visando a identificar em que medida esse imaginário esteve presente no processo de institucionalização acadêmica das Ciências Sociais.

Ao discutir o tema da representação geográfica da identidade nacional, procura analisar como o processo de ocupação do território e de mobilidade das populações favorece a construção de determinadas representações sociais. É nesse contexto que sugere a aproximação entre o termo sertão e a busca de uma experiência americana, em contraste com a associação entre o litoral e uma imaginária “fronteira européia”. Para a autora, essas imagens assumem grande força simbólica para os intelectuais das três últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX, que propuseram uma teoria de interpretação do Brasil.

Aborda as visões sobre a América, chamando a atenção para a valorização positiva dos Estados Unidos da América do Norte e para as imagens dos povos do continente sul-americano, como os “últimos filhos da civilização”, tal como faz referência Alex de Tocqueville. Aí estabelece o contraponto entre barbárie e civilização, chave usual a partir da qual são analisados contrastes semelhantes aos representados na dicotomia litoral/sertão. Debate o conceito de fronteira e seus diferentes significados, referindo-se à experiência norte-americana e aos caminhos de povoamento e

extensão territorial do Brasil. Também é discutida a importância que a noção de sociedade nova teve para os intelectuais dos primeiros anos de República, sua visão sobre os contrastes da sociedade brasileira e as possibilidades de construir uma nação americana que respondesse ao heroísmo dos novos tempos; um heroísmo distante de sua matriz aristocrática.

Com base nesses dados, Nísia sugere que, até a institucionalização universitária das Ciências Sociais, não houve, no Brasil, uma separação tão nítida em relação à literatura, mesmo porque, o que seria mais facilmente caracterizado como literatura apresenta forte traço científico. Tanto os médicos como engenheiros, como os advogados preocupados com o Brasil real tentavam construir uma teoria interpretativa do Brasil. Nesse movimento, as missões civilizatórias ao interior, que marcaram os primeiros anos da República, desempenharam importante papel.

Ao trabalhar a importância das viagens ao interior realizadas nas primeiras décadas do século XX, na conformação de interpretações sobre a sociedade brasileira, demonstra a grande relação existente entre as viagens, a etnografia, a literatura e a ensaística social, assim como as proximidades entre diferentes missões ao interior, que vêm sendo analisadas de forma isolada, o que tem implicado o ocultamento das múltiplas relações que pautaram o discurso e a prática social da elite do período. Nesse contexto, discute os vários significados atribuídos à palavra sertão, enfatizando o que parece ser o mais comum entre os intelectuais-cientistas do século XX. Sugere o termo “missão civilizatória” para essas viagens de conhecimento e conquista dos sertões brasileiros. Parte substantiva do capítulo três é dedicada às chamadas missões civilizatórias da República, englobando as viagens científicas, expedições militares e incursões ao interior, que associaram a consecução de objetivos estratégicos como a construção de linhas telegráficas e troncos ferroviários, a ações de profilaxia e de conhecimento científico de vastas áreas do território nacional.

Por mais diferentes que sejam, os sertões retratados nos textos apresentam muitos elementos comuns, entre eles, as descrições das cidades-fantasma que se seguem aos surtos de progresso, e a presença da natureza como verdadeira protagonista.

A caatinga na narrativa de Euclides da Cunha, os charravascais de Mato Grosso, nos relatórios de Rondon, o contraste entre a força da natureza e a fragilidade do homem nos textos dos relatórios do Instituto Oswaldo Cruz trazem à tona representações comuns sobre diferentes sertões. Fala-se de um sertão caracterizado pelo abandono e pela doença. Um sertão desconhecido, mas que era quase do tamanho do Brasil.

O quarto capítulo tem como tema “a construção da imagem de um Brasil doente”. Nele são ressaltados o papel da campanha do saneamento rural nesta nova visão sobre o homem brasileiro. Contando com a presença de cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, militares, literatos, advogados e parlamentares, a campanha promoveu um retrato do Brasil, alternativo às concepções romântica, ufanista e determinista sobre a natureza e o homem. Uma atenção especial é dada à contribuição de dois participantes da campanha pelo saneamento: Belisário Penna, seu principal publicista, e Roquette Pinto, com sua defesa de uma etnografia sertaneja.

Aqui a autora procura responder a duas perguntas básicas: primeiro como um discurso científico, uma tese higienista, serve de base à elaboração de uma interpretação sobre a sociedade? Segundo, o que faz cientistas facilmente identificados como missionários do progresso – legitimadores do moderno identificarem o sertão como base da nacionalidade brasileira?

No quinto capítulo Nísia parte da figura de Jeca Tatu e discute a contraposição das imagens simbólicas que se pretendem representativas do homem do interior. Ao abordar o Jeca como símbolo nacional, a autora se propõe a promover a interface entre este e o intelectual brasileiro que, com alguma frequência, se auto-identifica como caipira. Procura reconstituir as versões positivas e negativas, correspondentes às representações romântica e naturalista ou científica sobre os tipos brasileiro do interior. Ao analisar o retrato do Jeca Tatu feito por Monteiro Lobato e o debate em torno do personagem, faz uma reflexão em torno do tema da regeneração do Caipira e da auto-identificação do intelectual com a figura do Jeca. A simbolização é novamente positiva, valorizando-se a autenticidade das idéias de Jeca sobre o país. De retrato

bucólico, de paciente de ações médico-sanitaristas, de objeto de admiração, identidade ou repulsa pelos intelectuais, de personagem de filmes humorísticos, ele se transformaria em objeto de pesquisa das novas perspectivas do trabalho sociológico.

Por fim, no último capítulo, analisa a continuidade do tema da identidade nacional e a presença do dualismo litoral/interior no processo de institucionalização universitária das Ciências Sociais no período que se estende de 1930 a 1964, tomando como referência os casos do Rio de Janeiro e São Paulo. Argumenta que, em que pesem suas divergências, elas apresentam como ponto em comum o privilégio concedido aos processos de modernização ou desenvolvimento, para empregar termo mais afeito à perspectiva dominante no Rio de Janeiro. A análise compreende o conteúdo temático e as perspectivas de abordagem em curso naquele período (re)fundador das Ciências Sociais no Brasil.

Enfatiza a abordagem do sertão desenvolvida por Florestan Fernandes, que sublinhou sua subordinação aos temas da mudança social e da modernização, concebidas como processo de uniformização da sociedade, desempenhando litoral e sertão o papel de imagens espaciais de um *continuum* modernizador. Privilegia o estudo de aculturação de populações rurais realizados por Emilio Wilems, a reatualização do personagem Jeca Tatu, com base na análise de Antônio Cândido sobre os parceiros de Rio Bonito, e as pesquisas sobre os movimentos messiânicos sertanejos realizadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Discute a seguir, a idéia do antagonismo entre litoral e interior, à luz da ênfase atribuída por Guerreiro Ramos a uma sociologia que resgatasse o espírito euclidiano na elaboração de uma teoria do Brasil. Por fim, coloca em discussão até que ponto faz sentido opor a perspectiva euclidiana à perspectiva consular no estudo do pensamento social brasileiro. Sua reflexão sobre a questão do dualismo litoral/interior é feita no sentido de reconhecer esses termos como próprios de uma tensão constitutiva da atividade intelectual num país como o Brasil. Uma tensão que apresenta duas faces: uma, referida à identidade do intelectual no país, e outra, à

sua forma de perceber os caminhos da modernidade na sociedade brasileira.

É assim que, ao longo de todo o trabalho, Nísia Trindade Lima quis demonstrar que a matriz dualista é parte constitutiva da imaginação social sobre o país, revelando algo mais do que a oposição entre o Brasil moderno e o atrasado. Sem dúvida trata-se de um excelente trabalho que nos faz refletir sobre o papel da linguagem nas Ciências Sociais. Recebeu, por merecimento, o prêmio de melhor tese defendida no ano de 1997 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).